

# Análise da produção e distribuição de riqueza: estudo das companhias de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009 a 2011

Vinícius dos Santos Pelegrini Neves

Luciana Klein

Stella Maris Lima Altoé

Romualdo Douglas Colauto

## RESUMO

Este estudo objetivou analisar o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riqueza obtidos, por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), em empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009 a 2011. Pesquisa de natureza descritiva foi realizada por meio de dados bibliográficos e documentais, com abordagem qualitativa. A amostra constituiu-se por empresas siderúrgicas listadas na BM&FBovespa. Para análise dos dados foram utilizados os indicadores propostos pela Fipecafi (2010) com o intuito de atingir o objetivo do presente estudo. Os achados evidenciam que há uma diferenciação no que concerne à geração de riqueza das companhias analisadas, em específico na Gerdau S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), quando comparadas. Constatou-se, ainda, que a maior parcela da riqueza agregada da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) destinou-se ao governo, enquanto na Cia. de Ferros Ligas da Bahia (Ferbasa) a maior parte da riqueza agregada destinou-se aos empregados.

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário mundial vem trazendo muitas transformações em vários segmentos da sociedade (político, econômico e social), que impactam diretamente o ambiente empresarial; por isso, as empresas precisam se reinventar constantemente, por meio de novas técnicas, com o objetivo de se manter neste novo ambiente.

Assim, algumas empresas optam por adotar uma posição de cuidar para que se consolide não apenas os interesses dos acionistas, mas sim de todos os demais *stakeholders*, a exemplo de seus colaboradores, financiadores, acionistas e governo, no intuito de utilizar este recurso, perante a sociedade, como diferencial para tentar vencer a concorrência (WELTER; OBERGER; VANZELLA, 2005). Com isso, apresenta-se a Demonstração do Valor Adicionado, denominada DVA, cujo propósito é informar o valor da riqueza criada pela empresa e também como foram distribuídas essas riquezas entre seus empregados, financiadores, acionistas e governo (FIPECAFI, 2010).

Para tanto, segundo Evraert e Riahi-Belkaoui (1998), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem como objetivo informar a riqueza criada pelas empresas, todavia sob a ótica do proprietário, que considera a parte de terceiros (capitalistas, empregados e governo) como despesas ou custos, pois sob essa ótica representa redução no lucro. Welter, Oberger e Vanzella (2005) complementam que a DVA apresenta-se como forma de a empresa prestar contas à sociedade, pois, enquanto a DRE busca apenas demonstrar o lucro da empresa a seus proprietários, a DVA vai mais além, demonstrando as fontes de geração de suas riquezas e quem está sendo beneficiado por elas.

Essa ferramenta não está apenas direcionada aos proprietários da empresa, mas à sociedade em geral, pois evidencia a real contribuição da entidade aos diversos fatores econômicos.

Todavia, a pesquisa pretende responder à seguinte questão-problema: Qual o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riquezas obtidos por meio da Demonstração do Valor Adicionado em empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009-2011? Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riqueza obtidos por meio da Demonstração do Valor Adicionado em empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009-2011.

De acordo com Neves e Viceconti (2002), alguns países exigem que as empresas internacionais com interesse em se instalar no país evidenciem qual o valor adicionado pretendem gerar, pois seria interessante mensurar a nova riqueza produzida adicionada no país), e também a forma como esta será distribuída. Por isso, afirmam que a DRE e a DVA têm enfoques bem diferentes e também objetivos distintos, o que as torna complementares e imprescindíveis, pois a elaboração e divulgação de ambas atende de forma eficaz a necessidade que os usuários possuem de informações adicionais às atuais demonstrações contábeis obrigatórias.

Os autores ainda enfatizam que a DVA demonstra de forma clara e precisa a parte da riqueza que pertence aos sócios ou acionistas, e a que concerne aos demais capitalistas que financiam a entidade (capital de terceiros), a que pertence aos empregados e, finalmente, a parte que compete ao governo. Nesse contexto, justifica-se o estudo aqui proposto, uma vez que, segundo Welter, Oberger e Vanzella (2005), essa ferramenta não está apenas direcionada aos proprietários da empresa, mas à sociedade em geral, pois evidencia a real contribuição da entidade para a sociedade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Aspectos conceituais da Demonstração de Valor Adicionado

Conforme Riahi-Belkaoui (1992) a DVA ficou conhecida no final dos anos 1970 em vários países europeus, com a publicação do Corporate Report, em 1975, pelo *Accounting Standards Steering Committee*, que recomendava uma demonstração evidenciando como eram distribuídas as riquezas da empresa entre empregados, provedores de capital, governo e investidores. Segundo o autor, a recomendação foi aceita pelo governo do Reino Unido em 1977, com a DVA sendo considerada como futuro das demonstrações das empresas por meio de proposta legislativa.

No Brasil, a elaboração e a divulgação da DVA eram incentivadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde 1992. Porém, apenas em 2007 tornou-se obrigatória sua divulgação para companhias abertas, conforme Lei nº. 11.638/07. Segundo Neves e Viceconti (2002) a DVA é um instrumento contábil que tem como objetivo a identificação da riqueza gerada pela empresa, ou seja, o modo com que a companhia agrega valor à economia do país. Este demonstrativo foi criado tendo em vista que a DRE ilustra apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro, o que não identifica as outras gerações de riqueza, assim como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire. As demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados.

O conceito de valor adicionado pode ser delimitado no âmbito de uma informação econômico-financeira gerada por uma entidade durante certo período de tempo e, simultaneamente, como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação. Ou seja, é a demonstração contábil que divulga a geração da riqueza produzida pela própria empresa, mediante suas próprias atividades, e a retribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado (GALLIZO LARRAZ, 1990).

Para a elaboração da DVA, foi emitido o pronunciamento técnico CPC 09 (2008) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelecendo regras de elaboração e divulgação. O documento destaca que a DVA compõe o Balanço Social, que os dados para sua elaboração se obtêm principalmente pela DRE e que o modelo deve ser constituído de duas partes. A primeira destina-se a demonstrar como foi gerada a riqueza pela empresa: (Receita – Insumos Adquiridos de Terceiros – Depreciação, Amortização e Exaustão + Valor Adicionado Recebido em Transferência).

A segunda parte da DVA, conforme Machado, Márcio; Macedo; e Machado, Márcia (2011), tem como finalidade expor como a riqueza gerada é distribuída entre os agentes que contribuíram para a sua geração: (i) Funcionários: por meio dos salários, benefícios e FGTS recebidos; (ii) Governo: por intermédio dos tributos; (iii) Investidores: mediante a remuneração de capitais de terceiros, juros, aluguéis, direitos autorais, entre outras; e (iv) Sócios: remuneração do capital próprio.

De acordo com De Luca (1998) a DVA é a parte do Balanço Social destinada a apresentar informações de natureza

econômica aos vários usuários, demonstrando o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade. Machado, Márcio; Macedo; e Machado, Márcia (2011) afirmam que, pela existência de um modelo padrão, a DVA tem mais notoriedade dentro do Balanço Social, pois, com a obrigatoriedade de sua publicação para as companhias abertas e a utilização de dados provenientes da contabilidade para sua elaboração, permite maior credibilidade, sobretudo quando as demonstrações contábeis são auditadas. Por tais motivos, percebe-se que, em virtude de sua importância, a DVA pode ser vista tanto como uma vertente econômica do Balanço Social como, também, vertente social das Demonstrações Contábeis.

Portanto, Welter, Oberger e Vanzella (2005) consideram a DVA como grande diferencial para a empresa, pois, enquanto a DRE apenas demonstra qual foi o lucro, ela mostra toda a riqueza gerada pela empresa e de que maneira será distribuída.

### 2.2 Indicadores de desempenho obtidos da Demonstração de Valor Adicionado

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi, 2010) a DVA é composta por duas partes, sendo que a primeira mostra a geração do valor adicionado e a segunda a distribuição deste valor, conforme Quadro 1.

DESCRIÇÃO	20X1	20X2
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/ (Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		

Quadro 1 – Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Fipecafi (2010, p. 585)

Ainda de acordo com a Ficepafi (2010), parte das receitas, no modelo, é composta pelo valor das vendas de mercadorias, antes da dedução de impostos, ICMS e IPI, pelo valor da reversão ou constituição da provisão para devedores duvidosos e pelos valores não operacionais, considerados fora das atividades principais da empresa.

O segundo item do modelo são os insumos adquiridos de terceiros, constituídos por matérias-primas consumidas, custos das mercadorias e serviços vendidos, perda ou recuperação de valores ativos e por materiais, energia, serviços de terceiros e outros, além do ICMS e IPI incluídos no momento das compras.

O valor adicionado bruto representa a diferença entre as receitas e insumos adquiridos de terceiros. O item 4 do quadro

mostra as retenções compostas pela depreciação, pela amortização e pela exaustão contabilizadas no período. O item 5 registra o valor adicionado líquido produzido pela entidade, que representa a diferença entre o valor adicionado bruto (item 3) e as retenções (item 4). O valor adicionado recebido em transferência se refere à soma do resultado da equivalência patrimonial com as receitas financeiras. O item 7 representa o valor adicionado total a distribuir, que seria a soma entre o item 5, valor adicionado líquido, com o item 6, valor adicionado recebido em transferências, e por fim, sua distribuição é evidenciada no item 8.

Conforme Almeida *et al.* (2009), o modelo da DVA criado pela Ficepafi (2010) sugere alguns indicadores para análise dos dados extraídos, conforme Quadro 2.

INDICADORES	FÓRMULAS	OBJETIVOS
Percentual de Vendas no valor da Receita Total	$PVRT = \frac{VENDAS}{RECEITAS} \times 100$	Mede o percentual de participação das Vendas no valor da Receita Total da empresa.
Percentual da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor da Receita Total	$PPDDRT = \frac{CPDD}{RECEITAS} \times 100$	Mede o percentual de participação da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor total da Receita da empresa.
Percentual de Receitas não Operacionais no valor da Receita Total	$PNORT = \frac{RNO}{RECEITAS} \times 100$	Mede o percentual de participação das Receitas não operacionais no valor da Receita Total.
Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita	$GVAR = \frac{VAB}{RECEITAS} \times 100$	Mede o quanto da Receita total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto
Grau de Contribuição para Riqueza de Terceiros	$GCRT = \frac{Ins + Ret}{RECEITAS} \times 100$	Mostra o quanto da Receita Total é empregado para pagamento de terceiros.
Grau de Produção de Riqueza Própria	$GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$	Mede o quanto do valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa.
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência	$GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$	Mede o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento de terceiros.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado aos empregados.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo	$PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado ao Governo.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado aos Acionistas.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado às Instituições Financeiras	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir destinado às Instituições Financeiras.
Percentual de Retenção do Valor Adicionado	$PRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$	Mede o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir retido pela empresa.

Quadro 2 – Sugestão de Indicadores para análise da DVA

Fonte: Almeida *et al.* (2009)

### 3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto, realizou-se estudo descritivo, tendo em vista que no trabalho são apresentadas as particularidades das informações evidenciadas na DVA das empresas analisadas.

No que tange aos procedimentos, tem-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois se fundamenta em materiais já elaborados para analisar e interpretar as contribuições científicas existentes. Documental, por utilizar relatórios, arquivos públicos, entre outros documentos.

Para responder à questão de pesquisa, a amostra foi constituída pelas empresas: Cia. de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa); Cia. Siderúrgica Nacional (CSN); Gerdau S.A.; e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) – listadas na BM&FBovespa e per-

tinentes ao setor siderúrgico. Foram selecionadas as Demonstrações de Valor Adicionado no período de 2009 a 2011.

Ressalta-se a relevância das empresas deste estudo:

- Cia. de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa): é a maior fabricante de ferro ligas do Brasil e única produtora integrada de ferro cromo das Américas; foi fundada em 23 de fevereiro de 1961 pelo engenheiro José Corgosinho de Carvalho Filho. A Ferbasa iniciou suas atividades no município de Campo Formoso, Bahia, no ramo de mineração, com o objetivo de produzir ferro cromo. É conhecida pelo desenvolvimento de produtos de alta qualidade e forte atuação no trabalho social.

- Cia. Siderúrgica Nacional (CSN): fundada em 9 de abril de 1941 como a primeira produtora integrada de aço plano no Brasil. Seu aço viabilizou a implantação das primeiras indústrias

nacionais. Privatizada em 1993, tem estratégia integrada e alinhada ao negócio principal assegurando posição de liderança no setor siderúrgico brasileiro.

- Gerdau S.A.: líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. É a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço. Seus produtos são comercializados nos cinco continentes, pois atende a setores da construção civil, indústria e agropecuário.

- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas): atua no mercado brasileiro de aços planos, em toda a cadeia produtiva, da extração do minério até a transformação do aço em bens manufaturados, como equipamentos e estruturas metálicas de grande porte.

Após a coleta de dados, utilizaram-se os indicadores (GPRP, GRRT, PDVAE, PDVAG, PDVAIF, PDVAA, PRVA) propostos pela Fipecafi (2010) com o intuito de verificar a geração e distribuição de riquezas das empresas de capital aberto do setor de siderurgia no período de 2009 a 2011.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As informações coletadas para a pesquisa foram extraídas de DVAs das quatro empresas relacionadas ao setor siderúrgico que publicam na BM&FBovespa submetidas à análise para a identificação da riqueza gerada pela empresa no período de 2009 a 2011 e como esta riqueza foi distribuída entre os *stakeholders*.

##### 4.1 Cia. de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa)

Conforme informações coletadas das Demonstrações, pode-se notar que, na empresa Cia. de Ferro Ligas da Bahia, o Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), que representa o percentual de riqueza produzido pela empresa no período analisado, foi acima de 80%, sendo que o menor nível ocorreu em 2009, com 83,17%, e o maior aconteceu em 2010, com 90,42%, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Cia. de Ferro Ligas da Bahia

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP)	83,17	90,42	88,83
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	16,83	9,58	11,17
Total	100	100	100

Fonte: Autores (2014)

Já o Grau de Riqueza Recebida em Transferências (GRRT), que demonstra o percentual da riqueza agregada proveniente de terceiros, o qual engloba a receita financeira, receitas de equivalência patrimonial, receita de aluguéis e de amortização e ágios, evidencia o inverso, sendo que o menor índice aconteceu em 2010, com 9,58%. No período analisado, em média, a empresa criou 87,48% de sua riqueza agregada enquanto 12,52% foram riquezas provenientes de terceiros.

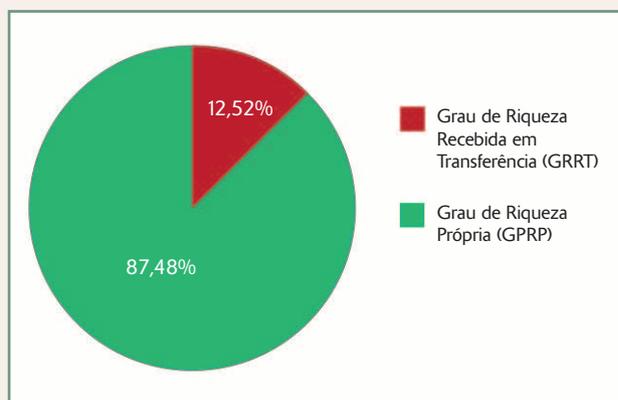


Gráfico 1 – Média das origens das riquezas da Cia. de Ferro Ligas da Bahia

Fonte: Autores (2014)

Com base na tabela de distribuição da riqueza agregada aos *stakeholders* que estão relacionados à sua criação, em 2009, a maior parte das riquezas ficou dividida entre os empregados (PDVAE), com 45,25%, e o governo (PDVAG), com 41,27%. Enquanto em 2010 apresentou uma queda no percentual distribuído para empregados e governo, sendo o menor nível do período, com 35,32% e 32,23%, respectivamente. Porém, neste mesmo ano, houve grande aumento de retenção em forma de lucros, com 24,43% (Tabela 2).

Tabela 2 – Índice de Distribuição do Valor Adicionado da Cia. de Ferro Ligas da Bahia

Distribuição de Riqueza Cia. de Ferro Ligas da Bahia			
Período	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	45,25	35,32	42,01
Governo (PDVAG)	41,27	32,23	35,66
Inst. Financeiras (PDVAIF)	2,46	1,99	1,13
Acionistas (PDVAA)	3,37	6,02	5,08
Lucros (PRVA)	7,66	24,43	16,13
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Autores (2014)

Em média, no período estudado, a maior parte do Valor Adicionado ficou distribuída entre os empregados e o governo, com 40,86% e 36,39%, respectivamente.

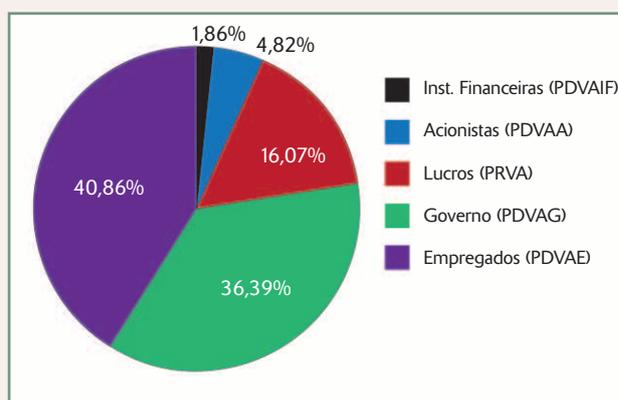


Gráfico 2 – Distribuição média das riquezas da Cia. de Ferro Ligas da Bahia

Fonte: Autores (2014)

Com relação aos Lucros acumulados incorporados ao Patrimônio Líquido, a Cia. de Ferro Ligas da Bahia destinou 16,07% de sua riqueza. Já para os acionistas foram repassados 4,82%, por meio de juros sobre capital próprio e dividendos, e as instituições financeiras ficaram com 1,86% da riqueza agregada da empresa.

#### 4.2 Cia. Siderúrgica Nacional (CSN)

A Cia. Siderúrgica Nacional, no período analisado, no que diz respeito ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), teve seu maior índice em 2010, com 99,23%, e o menor em 2011, indicando que 76,46% da riqueza agregada foi gerada pela própria empresa.

Tabela 3 – Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Companhia Siderúrgica Nacional

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP)	88,25	99,23	76,46
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	11,75	0,77	23,54
Total	100	100	100

Fonte: Autores (2014)

Com relação ao percentual da riqueza agregada proveniente de terceiros, representada pelo índice GRRT (Grau de Riqueza Recebida em Transferência), nota-se que o menor percentual ocorreu em 2010, equivalente a 0,77%, e o maior em 2011, correspondendo a 23,54% da receita agregada total. Percebe-se que em média, no período analisado, 88,76% da riqueza agregada da CSN foi criada pela própria empresa e apenas 11,24% foram recebidos por transferência.

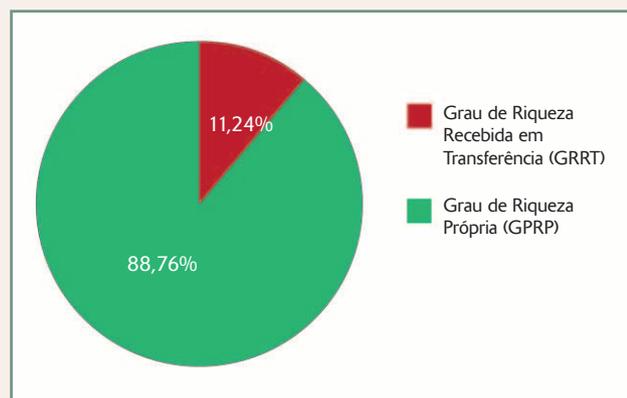


Gráfico 3 – Média das origens das riquezas da Cia. Siderúrgica Nacional

Fonte: Autores (2014)

Observando a tabela de distribuição de riqueza aos *stakeholders* percebe-se que, com relação ao Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados (PDVAE), o maior ocorreu em 2010 com 16,91% do total da riqueza agregada, com

redução do índice para 12,37% em 2011, sendo este o menor nível no período analisado.

Tabela 4 – Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Companhia Siderúrgica Nacional

Período	Distribuição de Riqueza CSN		
	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	16,17	16,91	12,37
Governo (PDVAG)	36,87	27,95	16,87
Inst. Financeiras (PDVAIF)	5,60	23,03	40,22
Acionistas (PDVAA)	28,78	23,70	7,80
Lucros (PRVA)	12,57	8,42	22,74
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Autores (2014)

No ano de 2009, o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo (PDVAG) da CSN foi de 36,87%, o maior no período analisado. Já em 2011, este índice foi reduzido para 16,87%, representando o menor nível do período. Quanto ao Percentual do Valor Adicionado às Instituições Financeiras (PDVAIF) houve menor percentual no ano de 2009, com o recebimento de apenas 5,60% da riqueza agregada da CSN, enquanto nos anos seguintes ocorreu um aumento considerável, sendo que em 2011 foi registrado o maior nível no período analisado, com recebimento de 40,22%.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA) remunerou seus acionistas com 28,78%, maior percentual no período e, em 2011, este índice foi reduzido para 7,80%. Com relação ao Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), em 2010 a CSN teve seu menor percentual de retenção, correspondendo a 8,42% do valor adicionado e, em 2011, este índice subiu para 22,74%, o maior do período.

Em média, nota-se que a Distribuição do Valor Adicionado da CSN foi equilibrada, sendo que 27,01% foram repassados para o governo, 23,55% destinados a pagamentos de despesas financeiras e aluguéis, e 19,91% remuneraram os acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio.

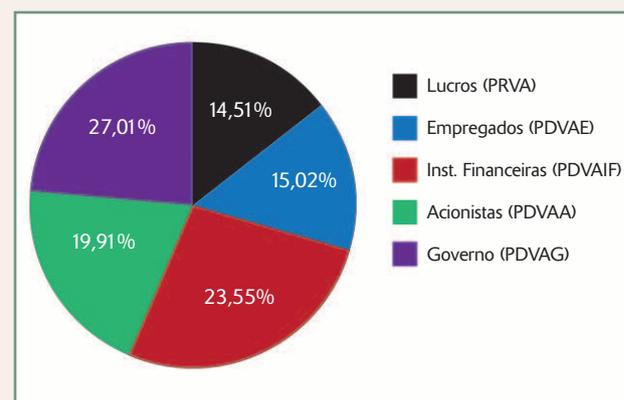


Gráfico 4 – Distribuição média das riquezas da Cia. Siderúrgica Nacional

Fonte: Autores (2014)

No que tange aos empregados, a CSN destinou 16,02% de sua riqueza agregada e reteve lucros, em média, correspondentes a 14,61% do valor adicionado.

#### 4.3 Gerdau S.A.

Na Gerdau, o percentual de riqueza agregada total produzida pela empresa, indicado pelo Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), mostra que no período analisado os índices foram superiores a 90%, tendo o maior percentual ocorrido em 2010, com 96,25%, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Índices do Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Gerdau S.A.

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP)	94,69	96,25	94,54
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	5,31	3,75	5,46
Total	100	100	100

Fonte: Autores (2014)

Quanto ao Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros (GRRT), que mede o percentual da riqueza agregada, este foi proveniente de transferências de terceiros, tendo-se o inverso da GPRP, com o menor nível em 2010, quando o percentual foi de 3,75%.

Em média, no período analisado, apenas 4,84% da riqueza da Gerdau foi referente à receita financeira, de aluguéis e equivalência patrimonial, ou seja, por transferências; a maior parte da riqueza agregada total foi criada pela própria empresa, 95,16%.

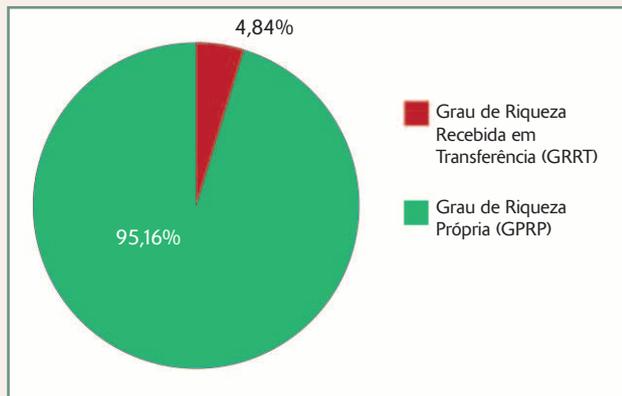


Gráfico 5 – Média das origens das riquezas da Gerdau S.A.

Fonte: Autores (2014)

Quanto à distribuição da riqueza entre os *stakeholders*, o estudo mostra que o ano em que os empregados (PDVAE) tiveram maior percentual de distribuição foi em 2009, com 54,14%, tendo acentuada redução em 2010, resultando em 39,85%. Nota-se também que nesse mesmo período houve um grande aumento no Percentual de Distribuição da Riqueza Agregada repassado às instituições financeiras (PDVAIF), que em

2009 foi 3,91% e, em 2010, 9,66%. No que diz respeito ao Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), que aponta o índice que a empresa reteve em lucros, em 2010 a Gerdau S.A. obteve o maior percentual, com 18,16% (Tabela 6).

Tabela 6 – Índices do Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Gerdau S.A.

Período	Distribuição de Riqueza CSN		
	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	54,14	39,85	41,92
Governo (PDVAG)	25,19	24,15	26,49
Inst. Financeiras (PDVAIF)	3,91	9,66	10,09
Acionistas (PDVAA)	10,10	8,19	6,32
Lucros (PRVA)	6,66	18,16	15,18
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Autores (2014)

Percebe-se que, em média, no período estudado, 45,30% da riqueza agregada da Gerdau foi destinada aos colaboradores, 25,28% ao governo e 13,33% ao Patrimônio Líquido.

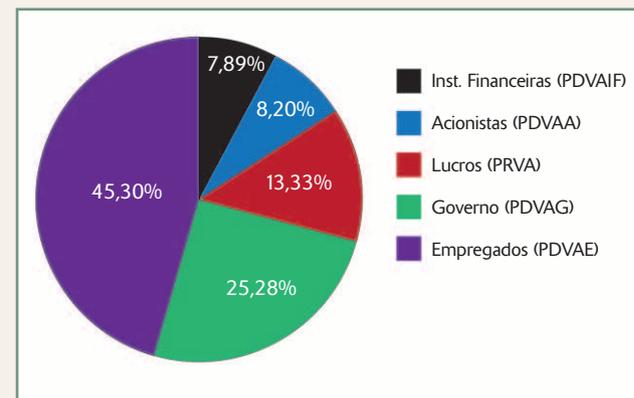


Gráfico 6 – Distribuição média de riqueza da Gerdau S.A.

Fonte: Autores (2014)

Os acionistas tiveram remuneração de 8,20%, enquanto 7,89% foram consumidos como pagamentos de aluguéis e despesas financeiras.

#### 4.4 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas)

Segundo as informações coletadas sobre a Usiminas, nota-se, com relação ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), que o maior índice do período estudado ocorreu em 2010 com 84,33% de riqueza produzida pela empresa, sendo que nos outros anos o indicador ficou abaixo de 80%.

Em contrapartida, percebe-se que, ao inverso da GPRP, o menor índice do Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT) aconteceu também em 2010, com 15,67% da riqueza proveniente de terceiros, e o maior em 2009, com 28,50%. No período analisado, em média, 77,79% da riqueza agregada total da Usiminas foi gerada pela própria empresa, o que indica que 22,21% ocorreram por meio de transferências.

Tabela 7 – Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Usiminas

Índices	Período		
	2009	2010	2011
Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP)	71,50	84,33	77,56
Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT)	28,50	15,67	22,44
Total	100	100	100

Fonte: Autores (2014)

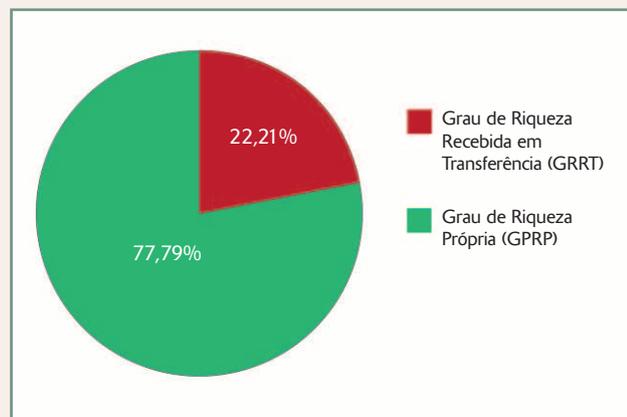


Gráfico 7 – Distribuição média das riquezas da Usiminas

Fonte: Autores (2014)

Quanto à distribuição da riqueza, nota-se que o maior percentual de distribuição do Valor Adicionado aos Empregados (PDVAE) foi registrado em 2011, com 48,22%, podendo-se afirmar que houve um aumento substancial, pois nos períodos anteriores analisados esta distribuição correspondia a menos de 30%.

Tabela 8 – Índices de Grau de Produção de Riqueza Própria e do Grau de Produção de Riqueza Recebida de Terceiros da Usiminas

Período	Distribuição de Riqueza CSN		
	2009	2010	2011
Empregados (PDVAE)	20,69	26,10	48,22
Governo (PDVAG)	45,72	36,79	18,00
Inst. Financeiras (PDVAIF)	9,27	10,15	17,40
Acionistas (PDVAA)	8,98	9,37	2,19
Lucros (PRVA)	15,34	17,60	14,19
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Autores (2014)

No ano de 2009 o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado destinado ao Governo (PDVAG) foi de 45,72%, sendo equivalente ao maior índice de participação. Em contrapartida, em 2011, houve remuneração de 18%, representando o menor percentual deste *stakeholder* no período analisado.

Com relação ao Percentual de Distribuição do Valor Adi-

cionado às Instituições Financeiras (PDVAIF), o maior índice ocorreu em 2011, quando houve o recebimento de 17,40% da riqueza agregada da Usiminas, e o menor percentual em 2009, com participação de 9,27%.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA), o qual indica o quanto foi repassado aos acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio, foi maior em 2010 com 9,37%, e o menor índice ocorreu em 2011, correspondendo a 2,19% do valor total agregado. O Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA) da Usiminas obteve seu maior índice de retenção de lucros em 2010, com 17,60%, e em 2011 a empresa obteve menos lucros, representando 14,19%.

Na Usiminas, no período em referência, em média 33,51% do valor total agregado foi destinado ao governo, sendo que 31,67% corresponderam à fatia destinada aos empregados, e 15,71% foram incorporados ao Patrimônio Líquido.

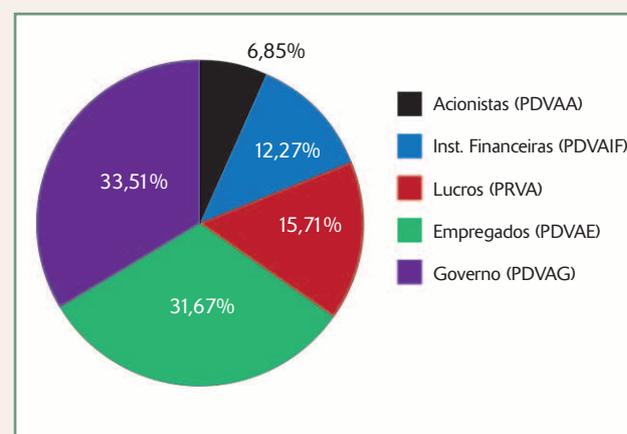


Gráfico 8 – Distribuição média das riquezas da Usiminas

Fonte: Autores (2014)

A empresa reservou 12,27% de sua riqueza às instituições financeiras e remunerou os acionistas com percentual remanescente equivalente a 6,85% do seu valor total agregado.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho consistiu em verificar o comportamento dos indicadores de geração e distribuição de riqueza obtidos por meio da DVA em empresas de capital aberto do setor de siderurgia. Para tanto foram selecionadas DVAs, no período de 2009 a 2011, de quatro empresas do setor siderúrgico, listadas nas BM&FBovespa. Além disso, foram utilizados índices que permitem ao usuário externo efetuar análises da DVA com relação à riqueza gerada pelas empresas.

Na análise dos dados constatou-se que 95,16% da riqueza agregada da Gerdau S.A. é gerada pela própria empresa e apenas 4,84% são recebidos por transferência. Enquanto, na Usiminas, 77,79% da riqueza foi gerada pela empresa e 22,21% recebidos por transferência. Isso mostra uma grande diferença na geração de riqueza entre as duas empresas; enquanto uma gera riqueza acima de 90%, a outra está abaixo de 80%.

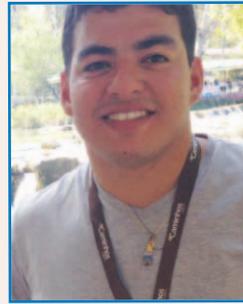
Outras análises importantes que a DVA proporciona se re-

ferem à distribuição da riqueza, como na CSN, em que se constatou que a maior fatia de sua riqueza agregada foi destinada ao governo, com média de 27,01% no período analisado. Nota-se, também, que 23,55% de sua riqueza foi repassada às instituições financeiras e 19,91%, aos acionistas, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. Os empregados ficaram com uma parcela de 15,02%, enquanto 14,51% da riqueza foi agregada ao seu Patrimônio Líquido, por meio de lucros retidos.

Na Ferbasa nota-se um cenário diferente, em que, no período em estudo, a maior parte de sua riqueza agregada total foi destinada aos empregados, em valor equivalente a 40,86%. O governo ficou com a fatia de 36,39% da riqueza, enquanto 16,07% corresponderam a lucros retidos. Aos acionistas foram repassados 4,82%, e o menor percentual, 1,86%, coube às instituições financeiras, para suprimento das despesas de juros e aluguéis.

Desse modo, percebe-se que é relevante para os usuários externos a análise da DVA por meio dos índices propostos no estudo, pois estes possibilitam uma visão mais contundente de como são geradas as riquezas das empresas e de como estas riquezas são distribuídas aos *stakeholders*.

Como recomendações para trabalhos futuros, reitera-se a necessidade de prosseguir as pesquisas sobre a DVA, abrangendo outros segmentos empresariais, dada a relevância do tema para a sociedade e organizações.



**Vinícius dos Santos Pelegrini Neves**  
Especialista em Auditoria Integral pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).



**Luciana Klein**  
Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

# Coloque-se um passo adiante de seu cliente!

Receba automaticamente as notas fiscais emitidas, **direto do site da RECEITA**, sem intervenção manual.

Acabe com a digitação de notas ou a leitura de código de barras.



Solicite informações:  
**0800 704 1418**  
[www.alterdata.com.br](http://www.alterdata.com.br)

Prêmios:





**Stella Maris Lima Altoé**

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná – (UFPR).



**Romualdo Douglas Colauto**

Pós-doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

TROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. **A-nais...** São Paulo, 2011.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações contábeis.** São Paulo: Frase, 2002.

RIABI-BELKAOUI, Ahmed. Executive compensation, organizational effectiveness, social performance and firm performance: An empirical investigation. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 19, n. 1, p. 25-38, 1992.

WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimeri; VANZELLA, Cezar Roberto. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: Um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v. 6, n. 2, jul./dez. 2005.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neirilaine Silva; MARTINS, Vidigal Fernandes; ALMEIDA, Liliene Silva; SOARES, Marlon José F. A Utilização da Demonstração do Valor Adicionado na Análise da Produção e Distribuição de Riqueza entre os Stakeholders: Um Estudo de Caso da Petrobras. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 1, p. 134-148, jan./mar. 2009.

BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 09: demonstração do valor adicionado.** Brasília, 2008.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 1998.

EVRAERT, Serge; RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature. **Managerial Finance** v. 24, n. 11, 1998, p. 1-15.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GALLIZO LARRAZ, Jose Luiz. La información contable del valor añadido y su reparto social. **Tecnica Contable**, n. 503, noviembre 1990, p. 481-494, y 544.

MACHADO, Márcio A. V.; MACEDO, Marcelo A. S.; MACHADO, Márcia R. Análise do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado de Capitais Brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CON-